

Convite n.º 21/2022 -DGFP-DAAG

Assunto: Prestação de serviços de vigilância e segurança das instalações da sede do Tribunal de Contas, Lote 3, do Acordo Quadro (AQ - VS - 2022)

1. Objeto do procedimento

O presente procedimento tem por objeto a prestação de serviços de vigilância e segurança das instalações da sede do Tribunal de Contas, Lote 3, do Acordo Quadro (AQ – VS – 2022) - (ID 4313135), nos termos e condições definidas no Caderno de Encargos.

2. Entidade pública adjudicante e plataforma eletrónica

2.1. A entidade adjudicante é a Direção-Geral do Tribunal de Contas (DGTC), sita na Avenida da República, n.º 65, em Lisboa com os números de telefone 21 794 51 00, de fax 21 793 60 33, com o e-mail: geral@tcontas.pt.

2.2. No presente procedimento de consulta prévia é utilizada a plataforma eletrónica de contratação pública <https://www.acingov.pt> (adiante designada como plataforma eletrónica).

3. Fundamento Legal

O presente convite é efetuado ao abrigo do Acordo-Quadro VS – 2022, nos termos do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, aplicando-se-lhe, em tudo o que não estiver especialmente regulado, as disposições do caderno de encargos do Acordo Quadro referido.

4. Órgão que autorizou a repartição de encargos plurianuais e que tomou a decisão de contratar

- a) A repartição dos encargos plurianuais, emergentes da execução do contrato, foi autorizada por despacho do Presidente de Tribunal de Contas, de 28 de setembro de 2022, nos termos e em conformidade com o n.º 1 e 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e com a alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual, bem como com a alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor pela alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

- b) O órgão que tomou a decisão de contratar, competente também para autorizar a despesa, foi o Presidente do Tribunal de Contas, por despacho de 28 de Setembro de 2022, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 98/97 de 26 de agosto, na sua redação atual, conjugado com o disposto nos artigos 36.º e 38.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual e em conformidade com o n.º 1 e 2 do artigo 22.º e da alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

5. Concorrentes

Só podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º, sem prejuízo do disposto no artigo 55º-A, ambos do CCP.

6. Consulta e disponibilização das peças do procedimento

- 6.1.** As peças do procedimento são integralmente disponibilizadas de forma livre, completa e gratuita, na plataforma eletrónica.
- 6.2.** O Convite e o Caderno de Encargos estão disponíveis, todos os dias úteis, entre as 10h00 e as 12h30 e as 14h30 e as 17h00, nas instalações do Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial da Direção-Geral do Tribunal de Contas (DGTC), sitas na Avenida da República, n.º 65, em Lisboa, devendo a solicitação de acesso às peças ser previamente agendada entre as partes.

7. Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento

- 7.1.** No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e no mesmo prazo devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados que digam respeito ao estabelecido no n.º 2 do artigo 50.º do CCP.
- 7.2.** Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
- a) O júri deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam expressamente aceites.

7.3. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.

7.4. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são disponibilizados na plataforma eletrónica.

8. Visita às instalações

Para efeitos de elaboração das propostas, no sentido de obter conhecimento detalhado das instalações onde vão ser prestados os serviços de vigilância e segurança, os interessados podem requerer a realização de visitas às instalações dentro do primeiro terço do prazo para a apresentação das propostas, a agendar através de mensagem na plataforma eletrónica utilizada.

9. Documentos da proposta

9.1. A proposta deve ser acompanhada pelos seguintes documentos:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo que constitui o Anexo I do CCP e ao presente convite e que dele faz parte integrante, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b) Declaração do concorrente, de acordo com a minuta de proposta em Anexo II ao convite, disponibilizado em formato Excel, em conformidade com o descrito no n.º 2 da cláusula 1.ª do caderno de encargos;
- c) Nota justificativa do preço total dos serviços de vigilância e segurança humana;
- d) Quaisquer outros documentos considerados como indispensáveis para a clarificação da proposta apresentada.

9.2. Todos os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa, porém quando pela sua própria natureza ou origem estiverem redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada.

10. Propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes.

11. Negociação

Não há lugar a negociação das propostas.

12. Prazo e modo de apresentação das propostas

12.1. As propostas são apresentadas exclusiva e diretamente na plataforma eletrónica.



- 12.2.** As propostas devem ser submetidas até às **23H59m do 15.º dia** a contar da data do envio do presente convite.
- 12.3.** As propostas, assim como os documentos a submeter na plataforma eletrónica, são assinados eletronicamente mediante aposição de assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 12.4.** Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à entidade adjudicante, através de documento a apresentar na plataforma eletrónica.
- 12.5.** O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

13. Lista dos concorrentes e consulta das propostas

- 13.1.** O Júri, no dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica.
- 13.2.** Mediante a atribuição de um login e de uma password aos concorrentes incluídos na lista referida no número anterior, é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as propostas apresentadas.
- 13.3.** O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
- 13.4.** Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2.

14. Análise das propostas

- 14.1.** As propostas são analisadas em todos os seus atributos.
- 14.2.** São excluídas as propostas cuja análise revele:
- a) Que não apresentem os documentos indicados no artigo 9.º do presente convite;
 - b) Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos do AQ-VS 2022 ou no do atual procedimento ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto nas especificações técnicas;
 - c) Que os documentos que compõem as propostas não se encontrem assinados com assinatura eletrónica qualificada;

- d) Que os documentos sejam apresentados através de uma pasta zipada (tipo ZIP ou RAR) sem que todos os documentos contidos nessa mesma pasta estejam assinados, individualmente, com assinatura eletrónica qualificada);
- e) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- f) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência.

15. Critério de adjudicação

A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa determinada pela modalidade monofator, do mais baixo preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

16. Critério de desempate

16.1. Caso se verifique um empate entre as propostas:

- a) Será ordenada em posição mais elevada para a proposta que tiver menor preço hora/homem para o serviço normal diurno de vigilância (segunda-feira a domingo, excluindo feriados);
- b) Caso se mantenha o empate será ordenada em posição mais elevada a proposta que tiver menor preço hora/homem do serviço noturno de vigilância (segunda-feira a domingo, excluindo feriados);
- c) Se ainda assim se mantiver o empate será ordenada em posição mais elevada a proposta que tiver menor Preço hora/homem do serviço normal diurno de vigilância em dias feriados;
- d) Se ainda assim se mantiver o empate será ordenada em posição mais elevada a proposta que tiver menor Preço hora/homem do serviço normal noturno de vigilância em dias feriados;
- e) Se ainda assim se mantiver o empate será efetuado um sorteio de entre as propostas melhor classificadas e relativamente às quais se verifica o empate.

16.2. Para efeitos do disposto na alínea e) do número anterior, o júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas submetidas ao sorteio, com uma antecedência mínima de 3 (três) dias da data, da hora e do local da sua realização.

16.3. A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes.

16.4. Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração.

16.5. A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada, ficando ordenada em primeiro lugar a que corresponder à bola extraída primeiro.

17. Esclarecimentos e suprimento de propostas

17.1. O Júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas, sendo os mesmos disponibilizados na plataforma eletrónica.

17.2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.

17.3. O Júri solicita no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para que procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, sendo os mesmos disponibilizados na plataforma eletrónica.

17.4. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

18. Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as propostas pelo prazo de 120 (cento e vinte dias) dias úteis contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

19. Relatório preliminar

19.1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o Júri elabora um relatório preliminar fundamentado, no qual propõe a respetiva ordenação.

19.2. No relatório preliminar o Júri propõe, fundamentadamente, a exclusão das propostas sempre que se verifique qualquer das situações enunciadas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 146.º, para os quais remete o n.º 2 do artigo 122.º do CCP.

19.3. O relatório faz ainda, caso existam, referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.

20. Audiência prévia

O Júri disponibiliza o relatório preliminar na plataforma eletrónica, fixando um prazo não inferior a 3 (três) dias úteis, para que todos os concorrentes, querendo se pronunciarem por escrito, sobre o mesmo, salvo se tiver sido apresentada uma única proposta, aplicando-se nesse caso, o disposto no artigo 125.º do CCP.

21. Relatório final

- 21.1.** Decorrido o prazo para a audiência prévia, o Júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar.
- 21.2.** O Júri pode ainda propor a exclusão das propostas se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos que determinam a exclusão das propostas, previstas no n.º 2 do artigo 146.º, para onde remete o n.º 1 do artigo 124.º, ambos do CCP.
- 21.3.** Se do relatório final resultar uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia, restrita aos concorrentes interessados.
- 21.4.** O relatório final, em conjunto com todos os documentos que compõem o processo de consulta prévia, é remetido ao órgão competente para a decisão de contratar, para decisão sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação

22. Adjudicação e notificação

- 22.1.** Inexistindo fundamento para a decisão de não adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 79.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar toma a decisão de adjudicação e notifica-a em simultâneo a todos os concorrentes, na plataforma eletrónica, até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, acompanhada do relatório final de análise de propostas.
- 22.2.** Por motivo devidamente justificado, a decisão da adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes, após o termo do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida.
- 22.3.** Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação, exigidos no artigo 23.º do presente convite e pronuncia-se sobre a minuta do contrato.



23. Documentos de habilitação

23.1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da notificação da adjudicação, os seguintes documentos de habilitação, redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada, no caso de estarem redigidos numa outra língua:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo III ao presente Convite.
- b) Certificado de registo criminal da pessoa coletiva e dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da empresa que se encontrem em efetividade de funções;
- c) Documento com indicação do código de acesso on-line à certidão permanente do registo comercial ou, em alternativa, a própria certidão, no caso de pessoas coletivas;
- d) Declaração de consentimento para consulta on-line, de acordo com o disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril, da situação relativa a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, em alternativa, documento comprovativo da situação regularizada em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento principal;
- e) Declaração de consentimento para consulta on-line, de acordo com o disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril, da situação relativa a impostos devidos em Portugal ou, em alternativa, documento comprovativo da situação regularizada em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento principal;
- f) Declaração emitida nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo;
- g) Declaração com indicação de que a entidade adjudicatária se compromete que durante a vigência do contrato não se verifica nenhuma das situações previstas nos termos do disposto nos artigos 78.º e 79.º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, na sua atual redação, relativamente aos colaboradores com os quais se propõe executar a prestação de serviços;
- h) Cópia de Alvará, emitido nos termos da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio, na sua redação atual;
- i) No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas anteriores, ou na falta de algum deles, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário ou um organismo profissional qualificado;

- j) Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) - Lei 89/2017, de 21 de agosto ou o respetivo código de acesso (o preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site <https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo>).

- 23.2.** O órgão competente para a decisão de contratar pode, a todo o momento, solicitar ao adjudicatário, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato, fixando-lhe prazo para o efeito.
- 23.3.** Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento de concorrentes os documentos de habilitação devem ser apresentados por todos os concorrentes.
- 23.4.** Sem prejuízo do disposto no número 2 e seguintes do artigo 86.º do CCP, a adjudicação caduca se, por facto imputável ao adjudicatário, este não apresentar os documentos no prazo fixado nos números anteriores, ou em violação das mesmas.
- 23.5.** A falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal e contraordenacional.

24. Caução para garantir o cumprimento de obrigações

- 24.1.** É exigida a prestação de caução no valor de 5% do preço contratual, nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do CCP, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas com a celebração do mesmo.
- 24.2.** O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da respetiva notificação, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.
- 24.3.** A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos definidos no artigo 90.º do CCP, devendo ser adotado, para o efeito, um dos modelos do Anexo IV.
- 24.4.** Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.
- 24.5.** A liberação da caução será promovida de acordo com o disposto nos termos do artigo 295.º do CCP.

25. Minuta do contrato

- 25.1.** A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.



- 25.2.** Após a aprovação da minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário.
- 25.3.** A minuta do contrato a celebrar considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos dois dias subsequentes à respetiva notificação.
- 25.4.** As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
- 25.5.** No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
- 25.6** Os ajustamentos ao contrato que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.
- 25.7.** Os ajustamentos que tenham sido aceites pelo adjudicatário são notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

26. Contrato

A outorga do contrato é realizada com recurso a assinaturas digitais qualificadas e tem lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas não antes de serem apresentados todos os documentos de habilitação exigidos e comprovada a prestação da caução.

Anexos: Anexo I, II, III, IV e Caderno de Encargos e respetivo anexo.

Assinado por: **Carla Alexandre da Conceição
Mendes Gomes**
Num. de Identificação: 09777608
Data: 2022.09.29 17:57:50+01'00'
Certificado por: **Diário da República Eletrónico.**
Atributos certificados: **Diretora de Serviços -
Direção-Geral do Tribunal de Contas.**



CHAVE MÓVEL





ANEXO I

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º e alínea a) do ponto 9.1 do convite]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a



caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



TRIBUNAL DE
CONTAS

DIREÇÃO-GERAL

ANEXO II

1. Identificação do concorrente

Denominação social:

NIF:

2. Proposta de Preço - Lote 3 - Prestação de serviços de Vigilância e Segurança					
	NUMERO MÉDIO HORAS Ano	PREÇO UNITÁRIO S/IVA	PREÇO TOTAL MÉDIO ANUAL	VALOR MÉDIO ANUAL IVA	PREÇO MÉDIO TOTAL C/IVA
2.1. Vigilância e Segurança					
Preço hora/homem do serviço normal diurno de vigilância (segunda-feira a domingo, excluindo feriados)	15797		- €	- €	- €
Preço hora/homem do serviço noturno de vigilância (segunda-feira a domingo, excluindo feriados)	6324		- €	- €	- €
Preço hora/homem do serviço normal diurno de vigilância em dias feriados	420		- €	- €	- €
Preço hora/homem do serviço normal noturno de vigilância em dias feriados	252		- €	- €	- €

3. Valor anual	- €	- €	- €
-----------------------	-----	-----	-----

4. Valor total da proposta (3 anos)	- €	- €	- €
--	-----	-----	-----

5. Condição/Termo	Quantidade
Supervisões por cada período de 14 dias*	



ANEXO III

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º e alínea a) do ponto 23.1 do convite]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



DIREÇÃO-GERAL

ANEXO IV
(MODELOS DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO)

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

O depósito em dinheiro efetuar-se-á no Banco _____, à ordem da _____, mediante guia do seguinte modelo:

Guia de depósito Euros ... € ...

Vai _____ (*nome do adjudicatário*), com sede em _____ (*morada*), depositar na _____ (*sede, filial, agência ou delegação*) do Banco _____ a quantia de _____ (*por algarismos e por extenso*) em dinheiro, como caução exigida para contrato para a “Prestação de serviços de vigilância e segurança das instalações da sede do Tribunal de Contas, Lote 3 do Acordo-Quadro (AQ – VS – 2022)”, nos termos do Convite e do Caderno de Encargos do procedimento e do Acordo-Quadro. Este depósito, sem reservas, fica à ordem _____, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

MODELO DE DECLARAÇÃO GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO CAUÇÃO

Garantia bancária/seguro de caução n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (adjudicatário), vem o(a) _____ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de Direção-Geral do Tribunal de Contas (entidade adjudicante beneficiária), uma garantia bancária/seguro-caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de _____ (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 (eliminar o que não interessar) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]



**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA DAS INSTALAÇÕES DA SEDE DO
TRIBUNAL DE CONTAS – LOTE 3 – AQ-VS – 2022 – ID BASE 4313135**

CADERNO DE ENCARGOS

Cláusula 1.ª

Objeto do Procedimento

1. O presente procedimento respeita à aquisição de serviços de vigilância e segurança das instalações da Sede do Tribunal de Contas, a que corresponde o **Lote 3 – Prestação de serviços de vigilância humana na área metropolitana de Lisboa**, do Acordo Quadro AQ – VS – 2022, celebrado pela Entidade de Serviços partilhados da Administração I.P., doravante designada de ESPAP, I.P., com ID Base 4313135.
2. Os serviços a contratar devem decorrer nos termos previstos no caderno de encargos do Acordo-Quadro – VS – 2022, bem como no disposto no presente caderno de encargos, para os seguintes postos de trabalho:
 - 2.1. Edifício Avenida da República, n.º 65, em Lisboa;
 - a) 1 – posto - porta principal – todos os dias do ano, das 00h00 às 24h00,
 - b) 1 – posto – porta principal – todos os dias úteis, das 09h00 às 18h00,
 - c) 1 – posto - porta da garagem – todos os dias úteis, das 08h00 às 20h00.
 - 2.2. Edifício Avenida Barbosa du Bocage, n.º 69, em Lisboa:
 - a) 1 posto – porta principal - todos os dias do ano, das 00h00 às 24h00.

Cláusula 2.ª

Preço Base

O preço base do presente procedimento é de **709.900,00 euros** (setecentos e nove mil e novecentos euros) a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 3.ª

Caraterização do Local da Prestação de Serviços

1. Os serviços são prestados nas instalações da Sede do Tribunal de Contas, sitas na Avenida da República, n.º 65, Avenida Barbosa du Bocage, n.º 61 e Avenida Barbosa du Bocage, n.º 69, em Lisboa.
2. O edifício da Avenida da República tem quinze pisos, três dos quais são subterrâneos, sendo estes usados, designadamente, para estacionamento e arquivo.

3. O edifício da Avenida Barbosa du Bocage é constituído por nove pisos, dois dos quais são subterrâneos, usados como arquivo de bens e documentação.
4. Por motivos supervenientes, no decurso da vigência do contrato, os serviços a prestar no Edifício da Avenida da República, poderão ser executados num outro local a definir, na área metropolitana de Lisboa.

Cláusula 4.ª

Duração de Vigência do Contrato

O contrato inicia a produção de efeitos em 1 de janeiro de 2023, sendo válido pelo período de três anos.

Cláusula 5.ª

Condições de Pagamento

1. Os pagamentos processam-se, mensalmente, no prazo de 30 dias a contar da data da entrega das faturas, em função das horas prestadas, as quais só podem ser emitidas no mês seguinte a que respeitam.
2. Caso a entidade adjudicante recorra à faculdade prevista no n.º 2 da cláusula 8.ª do caderno de encargos, a faturação será ajustada aos serviços que continuarem a ser efetivamente prestados no âmbito do contrato, não podendo o adjudicatário invocar qualquer responsabilidade ou reclamar qualquer indemnização à entidade adjudicante.
3. Caso a entidade adjudicante recorra à faculdade prevista no n.º 3 da cláusula 8.ª do caderno de encargos, as faturas devem refletir o abatimento dos valores correspondentes à não realização dos serviços referidos nas alíneas b) e c) do n.º 1 dessa mesma cláusula, não podendo o adjudicatário invocar qualquer responsabilidade ou reclamar qualquer indemnização à entidade adjudicante.
4. O não cumprimento do prazo previsto no n.º 1 faz incorrer a entidade adjudicante no pagamento de juros de mora, nos termos do disposto no artigo 326.º do CCP e do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio.

Cláusula 6.ª

Obrigações Gerais do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos, o prestador de serviços, enquanto responsável pelos trabalhadores que exercem as funções objeto do presente procedimento, assume as seguintes obrigações:



- a) Executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, a diligência, o zelo, a pontualidade e fazendo uso das melhores práticas vigentes, nomeadamente as constantes de códigos de conduta que regulem a atividade exercida;
- b) Prestar os serviços objeto do contrato, conforme as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade;
- c) Afetar à prestação de serviço pessoas de reconhecida idoneidade moral, robustez física, aptidão psicológica, bem como perfil para o exercício da atividade, atendendo às características institucionais inerentes à entidade adjudicante;
- d) Garantir que os trabalhadores se apresentam devidamente uniformizados e ataviados de forma irrepreensível, tendo em especial atenção a respetiva higiene pessoal e a postura comportamental exteriorizada pelos mesmos, a qual deverá ser a adequada à instituição onde desempenham funções;
- e) Garantir que os trabalhadores se apresentam munidos de documento de identificação como empregados do adjudicatário, instruídos e treinados para a execução das tarefas inerentes à vigilância e segurança;
- f) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à DGTC, o facto que torne, total ou parcialmente, impossível a prestação de serviços objeto do procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato;
- g) Deter todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários ao cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
- h) Manter sigilo e garantir confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenha no âmbito da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus colaboradores;
- i) Assegurar a formação necessária a todo o pessoal afeto à prestação de serviços, incluindo, sobre situações de emergência, designadamente desencarceramento de pessoas nos elevadores;
- j) Garantir a existência de contratos de seguro de acidentes de trabalho e de responsabilidade civil do respetivo pessoal afeto à prestação de serviços, contratos esses que poderão ser solicitados pela entidade adjudicante sempre que o entender por conveniente;
- k) Assegurar a manutenção do chaveiro mestre, sendo responsáveis pelo extravio das chaves;
- l) Assegurar que, no término do contrato, aquando da passagem do serviço para outra entidade prestadora do serviço, não existam perturbações relativas à ordenação das chaves no chaveiro mestre, bem como outras ações que causem entropias no início da atividade



por parte dos trabalhadores daquela entidade, sob pena de aplicação de penalidades, constantes da cláusula 14.^a;

- m) Assegurar todos os postos de trabalho sem interrupções;
- n) Assegurar a utilização correta das instalações, bens e equipamentos que lhe forem confiados, não lhes dando uso diferente do que lhes é devido;
- o) Comunicar, de imediato a ocorrência de quaisquer danos materiais, ao responsável pelas instalações e proceder à sua reparação, substituição ou ressarcimento, caso o dano lhe seja imputado;
- p) Comunicar à entidade adjudicante, qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- q) Serviço de atendimento telefónico dos edifícios do TC, que se encontra disponível 24 horas por dia/7 dias por semana, que é assegurado pelos vigilantes que se encontram na receção dos edifícios, nos termos do artigo 16.º da NIS.

Cláusula 7.^a

Especificações dos serviços a prestar

Para a prestação de serviços de vigilância e segurança humana das instalações, o prestador de serviços obriga-se a assegurar os postos de trabalho referidos na cláusula 1.^a, durante o período aí indicado e que compreendem:

- a) O controlo dos acessos às instalações no que se refere a pessoas, viaturas e bens, bem como controlo do acesso e/ou permanência de pessoas não autorizadas em áreas restritas ou reservadas, incluindo:
 - i. A vigilância das portarias, sitas na Avenida da República, n.º 65 e Avenida Barbosa du Bocage n.º 69, com controlo de entrada e saída de pessoas, bem como de material, assegurando ainda os serviços de receção e atendimento telefónico dos dois edifícios;
 - ii. A vigilância da garagem, sita na avenida Barbosa du Bocage n.º 61, do edifício sito na Avenida da República, n.º 65, assegurando o controlo de entrada e saída de viaturas e eventual entrada e saída de funcionários e visitantes das 08h00 às 20h00;
 - iii. O registo de todas as pessoas e viaturas que tenham acesso às instalações conforme os procedimentos em vigor.
- b) A realização de rondas noturnas no período compreendido entre as 21h00 e as 6h00, de segunda a sábado, conforme definido na Norma Interna Segurança (NIS);



- c) A realização de rondas diurnas e noturnas, aos domingos e feriados, conforme definido na NIS;
- d) A intervenção em situações de emergência, incluindo aquelas em que possa ser requerida a evacuação total ou parcial dos ocupantes, dos elevadores e instalações;
- e) A monitorização dos sistemas de controlo e segurança das instalações, designadamente dos de deteção de intrusão, deteção de incêndios, de temperatura das salas dos sistemas informáticos, de controlo de acessos e de sistemas de CCTV;
- f) A vigilância das instalações, de forma a prevenir a ocorrência de conflitos, distúrbios ou outros incidentes capazes de impedir o normal funcionamento das instalações;
- g) A abertura e encerramento das instalações;
- h) Garantir a execução e integral cumprimento de regulamentos e outros normativos aplicáveis às instalações;
- i) O desencadear de ações preliminares de correção de anomalias, de acordo com as instruções em vigor, nomeadamente de prevenção de furtos, incêndios, inundações, explosões, solicitando a intervenção dos meios de apoio adequados;
- j) Os cortes de energia elétrica, de água, ou outros, conforme as instruções em vigor e/ou plano de emergência;
- k) A inspeção regular do estado dos equipamentos de primeira intervenção em caso de incêndio (em especial extintores, carretéis e bocas de serviço);
- l) O controlo do funcionamento das bombas de água das caves do edifício dos dois edifícios e, em caso de avaria, a comunicação imediata ao responsável pela manutenção;
- m) A comunicação por escrito, ao responsável das instalações, de quaisquer situações anómalas que ocorram durante o período de serviço;
- n) A realização do controlo do pessoal da empresa de limpeza, conforme definido na NIS;
- o) A definição das normas técnicas de serviço para o seu pessoal, submetendo-as previamente à aprovação da entidade adquirente;
- p) A disponibilização ao pessoal afeto dos instrumentos necessários à execução dos serviços, designadamente, emissores-recetores de rádio e lanterna;
- q) Assegurar a substituição do pessoal durante o tempo necessário sempre que os mesmos tenham de se ausentar para qualquer efeito, designadamente, de alimentação, de forma que todos os postos de segurança tenham sempre um vigilante em permanência.



Cláusula 8.ª

Horário da prestação dos serviços e número de postos

1. Para a prestação dos serviços objeto do contrato, o adjudicatário deve afetar o número de profissionais suficientes, para assegurar os seguintes postos de trabalho:
 - a) 2 (dois) postos, 24h, todos os dias do ano, para a receção dos edifícios, sitos na Avenida da República, n.º 65 e Avenida Barbosa du Bocage, n.º 69, em Lisboa;
 - b) 1 (um) posto das 09h00 às 18h00, todos os dias úteis, para a receção do edifício sito na Avenida da República, n.º 65;
 - c) 1 (um) posto das 08h00 às 20h00, todos os dias úteis, para entrada da garagem, sita Avenida Barbosa du Bocage n.º 61, em Lisboa.
2. No âmbito de realização futura da empreitada de reabilitação do edifício da sede, sito na Avenida da República, n.º 65 em Lisboa, pode ser comunicado ao adjudicatário, por escrito, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias, a não realização dos serviços referidos na alínea b) do número anterior. A notificação do recomeço dos serviços será realizada pela mesma via após comunicação prévia dentro do mesmo prazo em relação à data em que se inicia a produção de efeitos.
3. Nas situações de tolerância de ponto à Administração Pública pode ser comunicado, por escrito, ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 24h, a não realização dos serviços referidos nas alíneas b) e c) do n.º 1.

Cláusula 9.ª

Níveis de serviço

O prestador de serviços obriga-se:

- a) A colocar pessoal afeto ao serviço em conformidade com os horários contratados;
- b) A não substituir pessoal sem aprovação prévia da entidade DGTC, salvo em casos de emergência;
- c) A substituir qualquer elemento do seu pessoal, a pedido da DGTC, no período máximo de 60 minutos após a comunicação;
- d) Ao cumprimento da periodicidade da frequência das visitas de inspeção às instalações da entidade adquirente para supervisão da prestação de serviços, em conformidade com o indicado na proposta, a qual não pode ser inferior a uma visita por cada período de 14 dias e deve ser comprovado através de um relatório de ocorrências.



Cláusula 10.ª

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem com informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
3. Entende-se por caso fortuito ou de força maior qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive da falta ou negligência de qualquer delas.
4. Não constitui força maior repercussões da pandemia COVID19 que sejam conhecidas à data da celebração do contrato.

Cláusula 11.ª

Sigilo e confidencialidade

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, ou outra relativa ao Tribunal de Contas, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. Toda e qualquer informação ou documentação conhecidas no decurso das presentes aquisições de serviços não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. O adjudicatário assume igualmente o compromisso de entregar ou restituir, no final do contrato, todo e qualquer registo, eletrónico ou em papel, relacionado com a prestação de serviços.
4. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após o termo da relação contratuais estabelecidas entre o adjudicatário e a entidade adjudicante.

Cláusula 12.ª

Proteção de dados

1. Em matéria de proteção de dados pessoais, o adjudicatário está obrigado, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 – Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), e da Lei 58/2019, de 8 de agosto, a assumir a integral responsabilidade por qualquer violação destas normas que se verifique no âmbito da execução do presente contrato, por todos os colaboradores que, independentemente do vínculo laboral existente, coloque ao serviço da execução deste contrato, sendo o responsável pelo tratamento de quaisquer dados pessoais para cumprimento da suas obrigações legais e quaisquer outras finalidades identificadas que se revelem necessárias



no âmbito da execução do contrato.

2. O não cumprimento do RGPD, por facto imputável ao adjudicatário, é considerado, para todos os efeitos, incumprimento definitivo, podendo a entidade adjudicante resolver o contrato, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 333.º do CCP.

Cláusula 13.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização na prestação dos serviços, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 14.ª

Sanções contratuais

No caso de incumprimento do contrato por causa imputável ao adjudicatário, até ao limite de 20%, e sem prejuízo do disposto na cláusula 15.ª do presente caderno de encargos, poderá a entidade pública contratante aplicar as seguintes sanções:

- a) 2% do preço mensal total, por cada dia de incumprimento a que refere qualquer uma das alíneas constantes das cláusulas 7.ª e 8.ª do presente caderno de encargos;
- b) Pelo incumprimento do previsto na cláusula 9.ª do presente caderno de encargos, serão aplicadas as penalidades descritas nas alíneas a), b), c), d) do n.º 2 do artigo 21.º do AQ-VS-2022;
- c) 5% do preço correspondente à última mensalidade, no caso de incumprimento da alínea l) da cláusula 6.ª.

Cláusula 15.ª

Resolução e extinção do contrato

1. As violações graves das obrigações assumidas por uma das partes conferem, nos termos gerais de direito, à outra parte, o direito de resolução do contrato, designadamente, nos termos dos artigos 332.º e 333.º do CCP, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Direção-Geral do Tribunal de Contas pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
3. A extinção do contrato obedece ao disposto nas várias alíneas do artigo 330.º do CCP.

Cláusula 16.ª

Execução da caução de bom e total cumprimento

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do convite, pode ser executada pelo Tribunal de Contas, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pelo Tribunal de Contas não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação do adjudicante para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 17.ª

Gestor do contrato

1. Aquando da adjudicação, a entidade adjudicante designará o gestor do contrato, o qual acompanhará permanentemente a sua execução, nos termos do artigo 290.º-A do CCP.
2. O cocontratante deverá indicar a pessoa na sua organização que será responsável pela execução do contrato, e que será o interlocutor com o gestor do contrato designado pelo Tribunal de Contas.

Cláusula 18.ª

Elementos do contrato e prevalência

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. Fazem parte integrante do contrato:
 - a) O caderno de encargos do Acordo-Quadro – AQ-VS-2022;
 - b) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

- c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - d) O caderno de encargos;
 - e) A proposta adjudicada;
 - f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos mencionados no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados naquele número.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do artigo 101.º do CCP.

Cláusula 19.ª

Legislação aplicável

1. A tudo o que não esteja especialmente previsto no AQ-VS-2022, e no presente caderno de encargos aplica-se o regime previsto no CCP e demais legislação aplicável.
2. As normas do CCP relativas à fase de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

Cláusula 20.ª

Foro competente

Todas as questões emergentes do contrato serão dirimidas pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

ANEXO I

NORMA INTERNA DE SEGURANÇA (NIS)

DO

TRIBUNAL DE CONTAS



NORMA INTERNA DE SEGURANÇA (NIS)

DO

TRIBUNAL DE CONTAS

Artigo n.º 1

(Objetivo)

A presente norma interna de segurança tem o objetivo de garantir a segurança de pessoas e bens nas Instalações do Tribunal de Contas, doravante designado por TC, designadamente:

- a) Controlar a entrada e saída de pessoas e bens;
- b) Controlar a entrada e saída de viaturas;
- c) Detetar e impedir a entrada de intrusos nas instalações;
- d) Desencadear os procedimentos aplicáveis a situações de emergência.

Artigo n.º 2

(Postos e Horário de Trabalho)

A prestação do serviço de vigilância e segurança, compreende os postos de trabalho contratados para o efeito, sendo os seguintes:

- a) Dois postos de trabalho, 24h, todos os dias do ano;
- b) Um posto de trabalho, das 08h às 20h, todos os dias úteis do ano;
- c) Um posto de trabalho, das 09h às 18h, todos os dias úteis do ano.

Artigo n.º 3

(Local de trabalho)

1. Por local de trabalho entende-se o local onde o vigilante se encontra, por regra, para o desempenho das suas funções, designadamente:
 - a) Receção do edifício, sito na Avenida da República, n.º 65;
 - b) Receção do portão da garagem, do edifício da Avenida da República, sito na Avenida Barbosa du Bocage n.º 61, em Lisboa;
 - c) Receção do edifício, sito na Avenida Barbosa du Bocage n.º 69, em Lisboa.
2. Não é permitida a ausência dos vigilantes do local de trabalho, exceto para realização de rondas ou quando por facto comprovado seja exigida a sua presença noutro local.

3. Nas situações previstas no número anterior, o vigilante não pode ausentar-se sem que sejam tomadas as devidas providências, substituído por outro elemento de segurança ou assegurar que a porta da receção fique devidamente fechada, salvo em situação devidamente autorizada.

Artigo n.º 4

(Interligação dos serviços)

1. A interligação entre a empresa prestadora do serviço e a Direção-Geral do Tribunal de Contas (DGTC) resulta da articulação entre os interlocutores designados por estas no início da prestação de serviços.
2. O interlocutor designado pela firma deve efetuar turno fixo, entre as 8h e as 16h, salvo autorização em contrário da DGTC.
3. Sempre que haja alteração de interlocutor, deve a DGTC ser notificada do facto, por escrito, com a antecedência mínima de 24 horas.

Artigo n.º 5

(Conduta)

Os vigilantes no exercício das suas funções devem:

1. Comparecer pontualmente no local de trabalho e sempre devidamente uniformizados e convenientemente apresentados de forma compatível com a função;
2. Apresentar-se sempre munidos de documento de identificação profissional;
3. Manifestar sempre conduta adequada ao exercício das funções, atuando com urbanidade, respeito e bom senso;
4. Não aceitar responsabilidades, ainda que a título pessoal, por objetos ou valores para além dos inerentes à sua função;
5. Zelar pela segurança e integridade do património do TC e prevenir ocorrências de intrusão, furto, roubo, incêndio, inundação, desordem e, de um modo geral, de tudo o que implique a segurança de pessoas e bens ou a perturbação do normal funcionamento dos Serviços.

Artigo n.º 6

(Relatórios e registos)

1. É obrigatória a elaboração de um relatório, em impresso próprio, sendo preferencialmente em suporte informático, por cada período de vigilância onde são registadas todas as ocorrências

verificadas e, no caso de não haver ocorrências a comunicar, é usada a expressão “sem ocorrências”.

2. Sempre que se verifiquem deficiências nas instalações e equipamentos que constituam risco à segurança, quer das pessoas quer das instalações ou equipamentos, devem ser estabelecidos contactos com as entidades indicadas na norma Situações de Emergência e devem ser objeto de registo em relatório.
3. As deficiências que não constituam perigo imediato de segurança são objeto de registo em relatório do descritivo da situação e das ações tomadas.
4. Os relatórios de ocorrências, juntamente com toda a restante documentação, nomeadamente registo de movimento de funcionários, visitantes, viaturas e equipamentos/materiais, movimento de chaves, relatório de entrada e saída de pessoal da firma da limpeza, são enviados até às 10 horas do dia útil subsequente a que dizem respeito.

Artigo n.º 7

(Rondas)

1. Durante as rondas ou outras deslocações, em período noturno, o vigilante deve utilizar a iluminação mínima e lanternas portáteis, ligando-as apenas em caso de necessidade, nunca devendo ser utilizado o elevador.
2. De segunda-feira a sábado devem ser efetuadas no mínimo três rondas em cada edifício, entre as 21h de um dia e as 06h de outro dia.
3. Aos domingos e feriados devem ser efetuadas duas rondas diurnas e uma noturna em cada um dos edifícios.
4. As rondas devem ser efetuadas em todos os pisos e os vigilantes deverão:
 - Desligar as luzes, fechar as torneiras de água e, em caso de rutura, fechar a torneira de segurança;
 - Certificar-se de que não existe qualquer tipo de anomalia e fechar as portas de acesso aos patamares;
 - Verificar a temperatura das salas dos sistemas informáticos e em caso de quebra de corrente elétrica ou avaria dos aparelhos de climatização, abrir a porta da sala e contactar de imediato o responsável pelo Departamento Sistemas e Tecnologia de Informação (DSTI) e o responsável pela manutenção;
 - Controlar o funcionamento das bombas de água das caves dos edifícios e em caso de avaria contactar imediatamente o responsável pela manutenção e os contactos pela ordem indicada no artigo sobre Situações de Emergência;

- Sempre que o alarme de incêndio dispare, o vigilante deverá contactar o Serviço de Bombeiros, depois da verificação cuidadosa da situação que originou o alarme;
- Hastear nos dois edifícios as bandeiras, nacional e da União Europeia, aos domingos, feriados e em dias especiais, ou outras bandeiras, nos dias e sempre que lhes seja solicitado;
- Vistoriar e comunicar à DGTC a obstrução das saídas de emergência.

Artigo n.º 8

(Entrada e saída de funcionários)

1. O controlo da entrada e saída de funcionários do TC, das 08h às 20h, em dias úteis é efetuado por relógio de ponto, sendo que o registo das entradas e saídas fora deste horário bem como de todos os registos inerentes, como o caso de entrega de máscaras, registo por não picagem no relógio de ponto entre outros, devem ser efetuados pelos vigilantes.
2. É vedado o acesso e permanência a funcionários e visitantes nas instalações do TC, a partir das 20h em dias úteis, e aos sábados, domingos e feriados, salvo com autorização expressa, nos termos do artigo n.º 17 da presente NIS, sem prejuízo da sua identificação e registo de entrada e saída.
3. O disposto no número anterior não é aplicável ao Presidente, Magistrados, Diretor-Geral e Subdiretor(a)-Geral, bem como a dirigentes e funcionários com autorização permanente de acesso constantes de relação fornecida, sem prejuízo do registo de entrada e saída.

Artigo n.º 9

(Entrada e saída de visitantes)

1. O acesso a visitantes apenas é facultado entre as 9h e as 12.30h e entre as 14h e as 17.30h. Fora destes períodos será facultada a entrada desde que a pessoa visitada se dirija à receção para receber pessoalmente o visitante ou providencie para que alguém o faça.
2. Todos os visitantes são identificados, à entrada, mediante a apresentação de documento oficial de identificação.
3. Com a apresentação do referido documento, são facultados ao visitante um cartão de acesso, com a identificação bem visível do número do piso a que se dirige e um documento de circulação a preencher pelo vigilante da receção e pela pessoa visitada.
4. O vigilante não pode fornecer cartão de acesso a qualquer visitante sem que a pessoa a contactar tenha manifestado disponibilidade em recebê-lo.

5. O vigilante deve verificar, à saída, se o documento de circulação fornecido conjuntamente com o cartão de acesso se encontra devidamente assinado pela entidade visitada e se esta após a hora da saída.

Artigo n.º 10
(Entrada e saída de viaturas)

1. Só é permitido o acesso à garagem de viaturas expressamente autorizadas.
2. É efetuado registo diário, em suporte informático, das entradas e saídas da garagem, com indicação do condutor, matrícula e hora de entrada ou saída.

Artigo n.º 11
(Equipamentos)

Nas receções dos edifícios, é efetuado o controlo de entrada e saída de equipamentos, através de verificação visual e registo em documento próprio.

Artigo n.º 12
(Situações de emergência)

1. Os vigilantes devem estar preparados para intervir em situações de emergência, incluindo aquelas em que possa ser requerida a evacuação, total ou parcial, das instalações.
2. Sempre que se verifiquem situações anormais que coloquem em perigo pessoas ou instalações deve ser imediatamente estabelecido contacto, com o Número Europeu de Emergência – 112 e com os seguintes contactos pela ordem indicada:
 - 1.º Contacto indicado nas medidas de segurança, conforme a ocorrência;
 - 2.º Chefe de Divisão de Aquisições e Administração Geral (DAAG);
 - 3.º Diretora de Serviços do Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial (DGFP);
 - 4.º Subdiretor(as)-Gerais;
 - 5.º Diretor-Geral.
3. Sempre que o alarme de incêndio dispare, deve ser contactado o serviço de bombeiros, depois da verificação da situação que originou o alarme, com o intuito de evitar situações de socorro inúteis.
4. Em caso de avaria no funcionamento das bombas de águas dos edifícios, deve ser contactado de imediato o responsável pela manutenção das instalações ou outro contacto indicado pela DGTC.



5. Sempre que se verifique alteração da temperatura da sala dos sistemas informáticos, por qualquer que seja o motivo, quebra de corrente, avaria dos aparelhos de climatização da sala ou outra situação, deve ser contactado, de imediato, o responsável do DSTI e o responsável pela manutenção das instalações.
6. Os contactos telefónicos das entidades indicadas constam de lista entregue aos vigilantes, intitulada como “Situações de Emergência”.

Artigo n.º 13

(Movimento chaveiro)

1. Os vigilantes asseguram a manutenção do chaveiro mestre, sendo responsáveis pelo extravio das chaves.
2. O movimento das chaves deve ser registado em impresso próprio.
3. As chaves seladas só podem ser entregues aos responsáveis pelas mesmas ou com autorização destes.

Artigo n.º 14

(Controlo do pessoal da empresa de limpeza)

1. Os trabalhadores de limpeza são identificados, à entrada e à saída, pelos vigilantes que, diariamente, elaboram uma relação nominativa daqueles trabalhadores, com indicação da hora de entrada e saída, e assinatura dos mesmos.
2. O registo de entrada e saída, referido no número anterior deve, preferencialmente, ser efetuado em suporte informático.

Artigo n.º 15

(Perdidos/achados)

1. É obrigatório o registo no relatório de ocorrências de todos os objetos perdidos/achados dentro das instalações do TC.
2. No caso de o objeto achado ter sido entregue aos vigilantes, estes devem fornecer um recibo, à pessoa que lhe fez a entrega, indicando além da identidade do achador, a data, hora e circunstância em que o objeto foi encontrado.



Artigo n.º 16

(Telefones das portarias)

1. Os telefones instalados nas receções destinam-se, fundamentalmente, ao Serviço de Vigilância e Segurança, pelo que devem manter-se, tanto quanto possível, desimpedidos, a fim de garantir a eficácia de controlo e a comunicação necessária ao bom funcionamento do serviço.
2. O serviço de atendimento telefónico dos edifícios do TC, que se encontra disponível 24 horas por dia/7 dias por semana, é assegurado pelos vigilantes que se encontram na receção, os quais procedem à realização das chamadas que lhes sejam solicitadas internamente bem como ao atendimento de todas as chamadas recebidas e transferência para os respetivos departamentos, quando solicitado.

Artigo n.º 17

(Autorizações)

Para efeitos da presente norma, todas as situações objeto de autorização superior deve entender-se por autorização do Diretor-Geral.

Artigo n.º 18

(Atualizações)

A presente NIS deve ser atualizada quando tal se imponha para aperfeiçoamento do sistema de segurança interno.

Artigo n.º 19

(Empresa de segurança)

Os vigilantes devem observar e assegurar o disposto nas normas precedentes bem como as cláusulas do caderno de encargos.